



SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, RESCISÕES CONTRATUAIS E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Carga horária: 16 horas

1. Penalidades

1.1. Noções Gerais

1.2. Sanções Administrativas Imputáveis ao Contratado e aos Licitantes

1.2.1. Lei 8.666/93

1.2.2. Lei no 10.520/02

1.3. Do procedimento legal de rescisão

1.3.1. Dos princípios constitucionais

1.3.2. Da necessidade de instauração de processo administrativo

1.3.3. Da competência para a instauração do processo administrativo

1.3.4. Da necessidade de notificação

1.3.5. Da defesa prévia

1.3.6. Da decisão administrativa

1.3.7. Do recurso administrativo

1.3.7.1. Dos efeitos do recebimento do recurso

1.3.7.2. Do tramite para a emissão da decisão

1.3.8. Da publicidade da decisão e de sua eficácia

1.4. Das espécies de sanções administrativas e seus aspectos críticos de acordo com oTCU e a jurisprudência

1.4.1. Da advertência

1.4.2. Da multa

1.4.3. Da suspensão do direito de licitar e contratar

1.4.4. Da declaração de inidoneidade

1.4.5. Do impedimento de licitar e contratar e descredenciamento

1.5. Da extensão das penalidades

1.6. Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica

2. Rescisão contratual

2.1. Das causas autorizadas da rescisão contratual

2.2. Das modalidades de rescisão do contrato administrativo

2.2.1. Da rescisão unilateral

2.2.2. Da rescisão amigável

2.2.3. Da rescisão judicial

2.3. Do procedimento legal de rescisão

2.3.1. Dos princípios constitucionais

2.3.2. Da necessidade de instauração de processo administrativo

2.3.3. Da competência para a instauração do processo administrativo

2.3.4. Da necessidade de notificação

2.3.5. Da defesa prévia

2.3.6. Da decisão administrativa

2.3.7. Do recurso administrativo

2.3.7.1. Dos efeitos do recebimento do recurso

2.3.7.2. Do tramite para a emissão da decisão

2.3.8. Da publicidade da decisão e de sua eficácia

3. Recursos administrativos

3.1. Definição

3.2. Princípios norteadores

3.3. Requisitos recursais



3.4. Espécies

- 3.4.1. Impugnação ao edital
- 3.4.2. Recurso hierárquico
- 3.4.3. Recurso de representação
- 3.4.4. Recurso de reconsideração
- 3.4.5. Recurso previsto na Lei do Pregão